

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE, Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Assis Andrade, 540, Centro, torna pública a abertura do PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 041/2026, na MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, pela Lei Municipal nº 5.354, de 19 de dezembro de 2011, pela Resolução nº 003, de 29 de março de 2023 e demais condições fixadas neste Edital. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, Maria Theresa Chaves Leite Goulart e pela Equipe de Apoio, integrada pelas servidoras Andreza de Fátima Gesteira, Luiz Antônio Lourença da Silva e Vanessa da Silva Tavares, designadas pelas Portarias nºs 004, 059 e 081/2024 e 071/2025.

CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: de 12h do dia 21/05/2026 até às 11h59m do dia 08/06/2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: 08/06/2026, às 12h.

INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: 08/06/2026, a partir das 12h.

TEMPO DA DISPUTA: 10 (dez) minutos, mais prorrogação automática pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

MODO DE DISPUTA ABERTO: Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, sendo que a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. A prorrogação automática da etapa de envio de lances tratada, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES ENTRE OS LANCES: R\$ 10,00 (dez reais).

CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS, DIVULGAÇÕES DE INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter informações relativas a este Pregão dos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.conselheirolafaiete.mg.leg.br, e ainda junto à Pregoeira da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, pelo e-mail: pregao@conselhoirlafaiete.mg.leg.br ou pelo telefone: 31-3769-8103. Este edital poderá ser adquirido por qualquer interessado, através dos referidos sites.

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.portaldecompraspublicas.com.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília.

1 - OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática (computadores *desktop* e *scanners*) e licenças permanentes Microsoft Office LTSC Standard 2024 para atendimento aos diversos setores da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete.

2 - CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1 - Cópia deste Edital está disponível na *Internet*, no *site* www.conselheirolafaiete.mg.leg.br ou no *site* <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

2.1.2 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

2.2 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail pregao@conselhoirlafaiete.mg.leg.br ou através do site do Portal de Compras Públicas (<https://portaldecompraspublicas.com.br>), até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, dirigidos à Pregoeira, que deverá decidir sobre a petição no prazo de até 03 (três) dias úteis.

2.2.1 - As respostas da pregoeira às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail e disponibilizadas no site www.conselheirolafaiete.mg.leg.br, ficando acessíveis a todos os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis a partir de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2.3 - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas a partir da data de publicação do aviso do edital até o 3º dia útil que anteceder a abertura das propostas, pelo site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, dirigidas à Pregoeira, que deverá decidir sobre a petição no prazo de até 03 (três) dias úteis.

2.3.1 - A resposta à impugnação será divulgada e serão encaminhadas por e-mail e disponibilizadas no site www.conselheirolafaiete.mg.leg.br, ficando acessíveis a todos os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis a partir de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2.4 - A Câmara não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima.

2.5 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.conselheirolafaiete.mg.leg.br, com vista a possíveis alterações e avisos.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Para os itens 01 e 04, poderão participar desta licitação empresas do ramo pertencente ao objeto licitado, que cumpram plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 63, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 sob pena de responsabilização nos termos da lei, desde que não estejam suspensas temporariamente, impedidas ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública e, neste último caso, ainda não tenha ocorrido a reabilitação.

3.1.1 - Os itens 02 e 05 tratam-se de cota reservada de 25% dos itens 01 e 04, respectivamente, para a participação de ME/EPP, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 2014.

3.1.2 - Na hipótese de não haver vencedora para a cota reservada esta poderá ser adjudicada à vencedora da cota principal ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço da primeira colocada.

3.1.3 - Se após observar o procedimento disposto no subitem anterior o item com reserva de cota ainda resultar deserto ou fracassado, este poderá ser repetido para ampla concorrência. De igual forma, se o item destinado à participação exclusiva das ME/EPP resultar deserto ou fracassado, poderá ser repetido sem a referida exclusividade de participação.

3.1.4 - Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, será considerado para ambas as cotas o menor dos preços obtidos na fase de lances.

3.1.5 - Quando houver cota principal e cota reservada, a prioridade de aquisição será das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

3.2 - Para o item 03 nos termos do disposto no art. 18 da Lei Municipal nº 5.354, de 19 de dezembro de 2011, e nos arts. 47, 48, I, e 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, somente poderão participar desta licitação microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte do ramo pertencente ao objeto licitado, que cumpram plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 63, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sob pena de responsabilização nos termos da lei, desde que não estejam suspensas temporariamente, impedidas ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública e, neste último caso, ainda não tenha ocorrido a reabilitação.

3.3 - Para as microempresas e as empresas de pequeno porte que venham a participar do certame, é obrigatório a apresentação de declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento da mesma como empresa de pequeno porte.

3.3.1 - Caso o licitante vencedor do certame seja microempreendedor individual - MEI e sua receita bruta anual ultrapasse o limite de faturamento que lhe é aplicado, nos termos do Art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, continuará plenamente obrigado a cumprir o contrato com a Câmara Municipal e deverá providenciar a comunicação do seu desenquadramento como MEI aos órgãos competentes e o recolhimento de tributos adequado ao seu novo enquadramento tributário.

3.2 - Participarão da sessão do pregão eletrônico o licitante ou seus representantes efetivamente credenciados.

3.3 - Não poderá participar da presente licitação, a empresa:

3.3.1 - Suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração;

3.3.2 - Em consórcio;

3.3.3 - Com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial;

3.3.4 - Que estejam inclusos nas vedações da Lei Federal nº 14.133/21.

4 – CREDENCIAMENTO

4.1- Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão credenciar-se junto ao Portal de Compras Públicas.

4.1.1- Qualquer informação acerca do credenciamento poderá ser obtida através do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, conforme instruções nele contidas.

4.2- O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, cujo uso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3- O credenciamento do licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção da capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico, sob pena da aplicação das sanções previstas neste Edital.

5 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

5.1 - As propostas comerciais deverão ser enviadas, através de formulário eletrônico, pelo sistema do Portal de Compras Públicas a ser acessado em www.portaldecompraspublicas.com.br, até o dia e horário previstos neste Edital.

5.2 - O licitante melhor classificado encaminhará, exclusivamente por meio do sistema do Portal de Compras Públicas a ser acessado em www.portaldecompraspublicas.com.br, os documentos de habilitação exigidos no **item 7** deste edital, até a data e o horário estabelecidos pela Pregoeira durante o certame licitatório, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, salvo os casos diligenciados pela Pregoeira, observados os princípios e regramentos da modalidade do certame, situação em que será estipulado o prazo de forma pública e isonômica na plataforma em que ocorrerá a sessão.

5.3 - O envio da proposta e os documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006.

5.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

6 – PROPOSTA DE PREÇOS

6.1- Para o lançamento da proposta no Portal de Compras Públicas, o licitante deverá seguir a tabela contida no item 1.1 do **Anexo II** deste edital.

6.2 - As propostas deverão conter a marca e o modelo dos equipamentos ofertados, além de informar o modelo e marca dos periféricos que compõem os computadores *desktop*.

6.3- Com a adaptação do Sistema à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o licitante deverá, na forma expressa no sistema eletrônico, identificar o tipo de segmento de empresa que representa.

6.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

6.6 - Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com 2 (duas) casas decimais.

6.7 - Prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias a contar da data da Sessão Pública.

6.8 - Ao licitante arrematante vencedor, não caberá a desistência do item, ressalvando os casos de fato superveniente (aquele que ocorreu posterior a fase de lances), caso fortuito ou força maior, sob pena de ficar impedido de licitar com a Câmara por, no mínimo, 06 (seis) meses.

6.9 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos

6.10 - Toda a especificação estabelecida para o objeto, na forma do **Anexo II**, será tacitamente aceita pelo licitante no ato da entrega de sua Proposta de Preços.

6.11 - O encaminhamento da Proposta de Preços pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

6.12 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Instrumento ou que consignarem valor superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

6.13 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.14 - A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto licitado será interpretada como não existente ou já incluídas nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

6.15 - A Pregoeira poderá, na análise das propostas apresentadas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

6.16 - A sessão poderá, a critério da Pregoeira, ser suspensa para análise das especificações técnicas das propostas conforme exigido no Edital.

7 - DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

7.1 - Para habilitação, o licitante melhor classificado deverá apresentar todos os itens seguintes:

1 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.1- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 1.2- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, e, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
- 1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

2 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 2.1 - Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 2.2 - Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.
- 2.3 - Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.4 - Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 2.5 - Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 2.6 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 3.1- Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 3.2 - Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

4 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 4.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, com apresentação de pelo menos 01 Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa.

5 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

- 5.1 - Anexo III deste instrumento convocatório, devidamente preenchido, no qual constam:
 - 5.1.1 - Declaração de Pleno Atendimento, na qual o licitante deve declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis, e

de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.1.2 - Declaração de Dados Cadastrais, no qual o licitante compromete-se a manter atualizado seus dados, autorizando a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete a intimá-lo através de correspondência eletrônica por meio do endereço de e-mail a ser, obrigatoriamente, informado.

5.1.3 - Declaração de condição de microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP ou microempreendedor individual - MEI, para os licitantes que se enquadrem em tal situação.

5.2 – Certidão Negativa Correccional (ePAD, CGU_PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) obtida através do site <https://certidoes.cgu.gov.br/>, com vistas a demonstrar que a empresa não se encontra suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração.

7.2 –Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão estar em nome do proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente:

7.2.1-Se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

7.2.2-Se o proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.3 - A microempresa – ME, a empresa de pequeno porte – EPP ou microempreendedor individual – MEI deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

7.3.1 – Nesta hipótese, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3.2 – A prorrogação do prazo para regularização fiscal dependerá de requerimento devidamente fundamentado a ser dirigido à Pregoeira.

7.3.3 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

7.3.4 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação.

7.4 - Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

7.4.1- Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura da sessão do Pregão.

7.5. A Pregoeira poderá sanar erros relativos aos documentos que puderem ser conferidos eletronicamente, caso os mesmos se encontrem fora de seu prazo de vigência.

7.6. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica autorizada a apresentação de novos documentos, em sede de diligência, para:

7.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos participantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação;

8 – ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1- A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2-A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1- Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

8.2.2- A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

8.2.3- Se a marca da Licitante confundir com a razão social, ainda assim, a marca deverá ser informada (vedada a inserção de quaisquer características que identifique a Licitante, tais quais: CNPJ, telefone, endereço, endereço eletrônico, assinatura, etc.).

8.3 -Se houver apenas uma proposta, desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor de mercado, esta poderá ser aceita.

8.4- O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.5- Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1- O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item da contratação.

8.6- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7- O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de valor entre lances que deverá

ser de R\$ 10,00 (dez reais), tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.8- A Pregoeira poderá solicitar ao licitante titular da melhor oferta a demonstração da composição de seus preços, através da Planilha Detalhada da Proposta, que deverá ser elaborada e encaminhada, conforme prazo estipulado na própria sessão.

8.9 – Visando maior competitividade, a Pregoeira poderá classificar mais de 03 (três) propostas levando em consideração o percentual de 10% da menor proposta apresentada, propostas com valores iguais e ainda avaliando a média de preços.

9 – FASE DE DISPUTA

9.1- Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.2- A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.3- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.4- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.5- Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da obtenção do melhor preço.

9.6- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.7- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.8- No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

9.9- Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.10- O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.11- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.12 - Só poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances.

9.12.1- Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no art. 3º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

9.12.1.1-No país;

9.12.1.2-Por empresas brasileiras;

9.12.1.3-Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

9.12.1.4-Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.12.2- Não haverá o empate ficto nos itens exclusivos à participação de micro e pequenas empresas, se houver, e nos itens com cota reservada à participação de micro e pequenas empresas, se houver.

9.13- Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

9.14 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.15 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.16 - A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que envie, no prazo de 2 (duas) horas, a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, por meio de funcionalidade disponível no sistema, nos moldes estipulados **na tabela do item 1.1 do Termo de Referência** deste instrumento convocatório, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.17 -O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

9.18 - Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.19 - Visando a agilidade do procedimento, a disputa de lances será simultânea.

9.20 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.21 - Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.22 -A Pregoeira deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.23 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.24 - Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposto no edital.

9.25 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

10 – FASE DE HABILITAÇÃO

10.1 - Encerrada a etapa competitiva, e como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação.

10.2 - Caso conste na consulta de situação do fornecedor a existência de ocorrências impeditivas o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.3 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.4 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada com os documentos em relação **à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira, à habilitação técnica e à documentação complementar**, descritos no **Item 7** deste Edital.

10.4.1 - Os documentos descritos acima NÃO serão substituídos pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, uma vez que, esta Casa Legislativa não aderiu ao SICAF e não integra ao Sistema de Serviços Gerais - SISG, conforme disposto no art. 43 do Decreto nº 10.024/2019.

10.5 - Além dos documentos exigidos no **Item 7** deste Edital, a licitante classificada deverá apresentar, após a disputa de lances, a proposta realinhada **nos moldes da tabela do item 1.1 do Termo de Referência** deste instrumento convocatório, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, por meio de funcionalidade disponível no sistema, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

10.6 - Após a verificação da documentação, o licitante vencedor terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentação de toda a documentação assinada digitalmente via e-mail (pregao@conselheiolafaiete.mg.leg.br), ou impressa e assinada, postada via Correios ou outro meio que melhor lhe convier, caso o licitante assim preferir, sendo que neste último caso o licitante deverá enviar através de e-mail (pregao@conselheiolafaiete.mg.leg.br), o comprovante da postagem ou código de rastreamento, sob pena de inabilitação. O endereço para envio da documentação é a Sede da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete – Rua Assis Andrade, 540 – Centro, Conselheiro Lafaiete – MG – CEP 36.400-067. Fica dispensado o envio dos documentos impressos que puderem ser verificados sua autenticidade por meio eletrônico (sites próprios), sendo necessário o envio somente daqueles que seus originais não puderem ser conferidos eletronicamente.

10.7 -Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo o original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

10.8- Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, sob pena de inabilitação.

10.9- Transcorridas as diligências que porventura se estabelecerem, a ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste título inabilitará o licitante.

10.910- Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11 – RECURSOS E CONTRARRAZÕES

11.1- Declarado o vencedor, decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante, qualquer licitante poderá manifestar, a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso. O prazo para manifestação será de 10 (dez) minutos.

11.1.1- Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.1.2- Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.1.3- Aos demais licitantes, independentemente de intimação, será concedido igual prazo ao descrito no item acima para apresentação de contrarrazões, o qual começará a contar a partir do término do prazo concedido ao recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2-Transcorrido o prazo sem interposição de recurso, no caso da desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente irá adjudicar e homologar o objeto do certame à licitante vencedora.

11.3- As razões e contrarrazões recursais deverão ser encaminhadas em campo próprio do sistema.

11.3.1-A Pregoeira não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

11.4- Interposto o recurso, a Pregoeira poderá, no prazo de 03 (três) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à Autoridade Competente, que terá 10 (dez) dias úteis para proferir sua decisão, contados do recebimento dos autos.

11.5- Os recursos deverão ser decididos e se constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

11.6- O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7-A Pregoeira registrará o preço do licitante vencedor quando inexistir recurso ou quando reconsiderar sua decisão, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

11.8- Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta registrará o preço do licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório

11.9 – A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação no *site* da Câmara Municipal.

12 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1-A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1- Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 -Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente.

12.1.3 - Na hipótese de necessidade da suspensão da sessão pública para realização de diligências a sanar erros ou falhas, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

12.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.3 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 – Transcorrido o prazo sem interposição de recurso, no caso da desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente irá adjudicar e homologar o objeto do certame à licitante vencedora.

14 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

14.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

14.2.1 - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

14.2.2 - a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.3 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

14.4 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.5 - O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.4 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.5 - Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

15 - FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

15.1 - Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

15.1.1 - dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

15.1.2 - dos licitantes que mantiverem sua proposta original

15.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

15.2.1 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

15.2.2 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

15.3 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.3.1 - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.3.2 - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

15.4 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.4.1 - convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.4.2 - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16- PENALIDADES

16.1 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas na Ata de Registro de Preço, no Contrato e das demais cominações legais.

17 - GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1- A Gestora do Contrato desta licitação será a servidora Daniella Inácio de Barros, observado o que gere a Lei Federal nº 14.133/21.

17.2 – Os Fiscais Titular e Substituto do Contrato desta licitação serão os servidores e Flávio José de Souza Bruno e Marisa Gonçalves Nascimento Moreira, respectivamente, observado o que gere a Lei Federal nº 14.133/21

17.3 – O objeto desta licitação deverá ser entregue na quantidade e no local acordado mediante o contrato, oportunidade em que se dará o aceite provisório e definitivo especificados neste mesmo instrumento.

18 – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E PAGAMENTO

18.1 – A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada sob as rubricas:

Unidade	01.01	CORPO LEGISLATIVO
Subunidade	01.01.01	GABINETE E SECRETARIA DA CÂMARA
Função	01	LEGISLATIVA
Sub-Função	031	AÇÃO LEGISLATIVA
Classif. Orçamentária	2000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recursos	1.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS

18.2 – O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, por processo legal, até 10 (dez) dias úteis após a finalização da liquidação da despesa mediante apresentação da Nota Fiscal de Fornecimento de Material. Fica a **CONTRATADA** ciente de manter a regularidade fiscal durante a execução do contrato sob pena de notificação e até rescisão contratual.

18.2.1- Se o objeto não for entregue conforme condições deste edital, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

18.2.2 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

18.2.3 - Deverá ainda a **CONTRATADA**, emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção estabelecidas pela legislação tributária.

18.3 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

18.4 - Todos os documentos apresentados na fase de habilitação deverão encontrar-se com prazo de validade vigente na data do pagamento, caso contrário, documento(s) atualizado(s) deverá(ão) ser reapresentado(s).

19 – DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

I. Estudo Técnico Preliminar

II. Termo de Referência;

III. Documentação Complementar;

IV. Minuta da Ata de Registro de Preços;

V. Minuta do Contrato.

19.2 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

19.3 - A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

19.4 – Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

19.5 – Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

19.6 – A Pregoeira, no interesse da Câmara Municipal, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 1º, do art. 64 da Lei nº 14.133/21.

19.6.1 – O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

19.7 – A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

19.8 – A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Câmara Municipal revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado para conhecimento dos licitantes.

19.9 - A Câmara Municipal poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

19.10 - Para atender a seus interesses, a Câmara Municipal reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos aos limites estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/21.

19.11 - As decisões do Presidente da Câmara e da Pregoeira serão publicadas no site da Câmara www.conselheiolafaiete.mg.leg.br e pelo site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, podendo, quando for o caso, ser aplicado o disposto na Lei nº 14.133/21.

19.12 - Toda comunicação pela Administração se dará por meio do sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas, por e-mail ou publicação na imprensa oficial.

19.13 – Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Instrumento prevalecerá o Foro da Comarca de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Conselheiro Lafaiete, 11 de maio de 2026.

VEREADORA MARIA DA CONCEIÇÃO APARECIDA TOLEDO SOARES DE ALMEIDA
- Presidente da Câmara -

COMISSÃO DE PREPARAÇÃO:

ANA CLÁUDIA ANDRADE CUNHA KELMER
- Presidente –

DANIELLE DE FÁTIMA VIERA PINTO LAISO
- Membro –

JACQUELINE APARECIDA BARBOSA DA SILVA
- Membro

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente estudo visa identificar a necessidade de registro de preços para aquisição de equipamentos de informática (computadores *desktop* e *scanners*) e licenças permanente Microsoft Office LTSC Standard 2024 para atendimento aos diversos setores da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete.

Como acontece com a maioria das tecnologias, os equipamentos de informática sofrem um processo de depreciação natural, que associado ao avanço das tecnologias, imprime aos gestores a tomada de medidas que garantam a continuidade dos trabalhos de forma satisfatória. A continuidade dos serviços é um dos atributos principais a ser levado em conta pelos gestores, tendo em vista que a interrupção da prestação dos serviços públicos causaria transtornos aos cidadãos.

Outro ponto que merece destaque é o fato de o suporte ao Windows 10 pela Microsoft ter se encerrado em outubro de 2025 e, atualmente, todos os computadores pertencentes à Câmara Municipal têm o Windows 10 como sistema operacional e as máquinas, por serem mais antigas, não oferecem suporte para migração para o Windows 11, sendo necessária a substituição das mesmas.

Atualmente, o ambiente tecnológico da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete enfrenta desafios significativos em relação à vida útil e qualidade de seus equipamentos, como, por exemplo, a ocorrência constante de defeitos e a presença de equipamentos obsoletos. Tal fato faz com que a produtividade dos servidores seja afetada, uma vez que existe maior dificuldade na execução das tarefas diárias, prejudicando, dessa forma, as atividades legislativas e administrativas do Órgão. As falhas constantes geram insatisfação entre os usuários, resultado em diversas reclamações que evidenciam a necessidade urgente de substituição dos equipamentos.

Além disso, cabe ressaltar que houve um pregão recentemente nesta Casa Legislativa para registro de preço de equipamentos de informática. Porém, alguns itens foram desertos e/ou fracassados, sendo necessária a realização de novo processo licitatório, uma vez que a aquisição de tais equipamentos são de extrema importância e urgência para a Câmara Municipal.

Atualmente, esta Casa Legislativa não possui ata de registro de preços vigente para os equipamentos descritos neste ETP. Dessa forma, se torna necessária a realização de novo registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de equipamentos de informática.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Não foi, até o presente momento, elaborado o PCA no âmbito da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Por ocasião da entrega das propostas, deverá ser comprovado que o fabricante dos equipamentos ofertados possui banco de dados disponibilizado na Internet que permita obter a configuração de *hardware* e *software* ofertados, periféricos internos e *drivers* de instalação atualizados e disponíveis para *download* a partir do número de série dos mesmos.

Todas as propostas deverão conter a marca e o modelo dos equipamentos ofertados, além de informar o modelo e marca dos periféricos que compõem os computadores *desktop* e *notebook*, para uma análise mais assertiva e conferência de atendimento às especificações contidas neste ETP.

Os equipamentos deverão ser novos, sem uso e serem produzidos em série.

Os produtos de *hardware* deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados, arranhões ou outros problemas físicos, acondicionados em suas embalagens originais.

Os equipamentos e *softwares* não podem ter sido descontinuados, ou seja, deverão constar na linha atual de fabricação/comercialização e suporte do fabricante.

Não serão aceitos equipamentos cujas configurações originais de fábrica tenham sido modificadas para atender aos requisitos mínimos de especificação do edital. Fica proibida a instalação de *hardware* de terceiros nos computadores, exceto quando realizada pelo próprio fabricante.

O fornecedor deverá comprovar, através de documento do portfólio do fabricante divulgado de forma pública, o desempenho de todas as especificações técnicas exigidas neste ETP sob pena de desclassificação da proposta.

O(s) fornecedor(es) obriga(m)-se a entregar os equipamentos constantes neste ETP, no almoxarifado da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, na Rua Assis Andrade, 540 – Centro – Conselheiro Lafaiete – MG, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir do recebimento da NAF – Nota de Autorização de Fornecimento. A aquisição desses equipamentos será fracionada, de acordo com as necessidades de cada setor.

Os equipamentos deverão ser entregues no horário de trabalho da Analista de Sistemas da Câmara Municipal, de 6h30 às 12h30. A Analista será a gestora do(s) contrato(s) decorrentes do processo licitatório.

Uma vez que os equipamentos forem entregues, a Câmara Municipal emitirá o Termo de Aceite Provisório, que será assinado pelo Fiscal e pela Gestora de Contratos.

Após a entrega dos equipamentos pelo(s) fornecedor(es), a Câmara Municipal disporá de um período de até 10 (dez) dias úteis para testes e verificações dos requisitos e configurações constantes neste ETP. A partir deste período, satisfeitas todas as condições de testes, a Câmara Municipal emitirá o respectivo “Termo de Aceitação Final”, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

Caberá a Câmara Municipal rejeitar totalmente ou em parte, quaisquer equipamentos que não estejam de acordo com as exigências e requisitos deste ETP, ou aquele que não seja comprovadamente original ou novo, bem como requerer a substituição dos equipamentos fora de especificação num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

As especificações dos equipamentos encontram-se no quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Computador <i>Desktop</i> Processador: Deverá atingir índice de, no mínimo, 25.000 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php ; Deverá possuir, no mínimo, 8 (oito) núcleos físicos de processamento; Litografia: 10nm (nanômetros) ou tecnologia superior; Conjunto de instruções: 64 bits;	60

	O processador deverá ser da última geração disponível pelo fabricante do processador ou ter sido lançado a menos de 18 meses, contados a partir da data de publicação do edital; é obrigatório declarar na proposta, o modelo do processador ofertado; Deve possuir processador gráfico integrado e suportar no mínimo 02 telas simultâneas. Memória Principal: Deve possuir tecnologia DDR- 5 superior; Frequência mínima de trabalho: 4.400 MHz; Deve possuir, no mínimo, 16 (dezesseis) GB de memória instalada. BIOS: O equipamento deverá possuir BIOS do mesmo fabricante do equipamento (BIOS do próprio fabricante do equipamento ou que tenha direitos de copyright sobre esse BIOS). Não serão aceitas soluções em regime de OEM, customizações ou apenas cessão de direitos limitados; A BIOS deverá ser desenvolvida em Flash ROM, podendo ser atualizada por meio de software de gerenciamento; Deverá possuir a opção de inserir senha para acesso à BIOS; A BIOS deverá ser em idioma português ou inglês, desenvolvida pelo fabricante; Deverá possuir compatibilidade com o padrão UEFI; A BIOS deverá possuir o número de série do equipamento registrado para consulta; Deverá possuir ferramenta gráfica para diagnóstico de saúde do hardware, sendo acessado através das teclas de função F1 à F12, deverá apresentar no mínimo versão de BIOS, número de série do equipamento, realizar testes de vídeo, módulos de memória RAM (teste básico ou estendido), dispositivo de armazenamento (HDD ou SSD), com execução de testes independente do estado/versão sistema operacional.	
--	--	--

	Placa Mãe: A placa mãe deverá ser de fabricação própria, do mesmo fabricante do computador. Caso não seja, serão aceitas soluções OEM, não podendo ser de livre comercialização no mercado, sendo que o fabricante do computador deverá estar serigrafado na placa em processo industrial, não sendo permitidas etiquetas, adesivos ou quaisquer alterações na mesma; Deverá ter suporte à tecnologia de memórias em Dual Channel; Deve suportar expansão para 32GB de memória RAM no mínimo; Deverá possuir, no mínimo, 04 portas USB traseiras com no mínimo 02 portas USB 3.2 ou superior nativas, não sendo utilizado hubs, placas ou adaptadores e, no mínimo, 03 portas disponibilizadas na parte frontal do gabinete, sendo, no mínimo, 01 porta com tecnologia USB 3.2; O chipset deverá pertencer à geração mais recente disponibilizada pelo Fabricante, ou ter sido lançado a menos de 36 meses, e deve ser compatível com o processador ofertado. Armazenamento: SSD - Solid State Drive - com capacidade mínima de 480GB com tecnologia PCIe NVMe M.2. Controladora de rede Gigabit Ethernet: Deverá possuir placa integrada à placa mãe; Deverá operar em 10, 100 e 1000 Mbps, com reconhecimento automático da velocidade da rede; Deverá operar no modo full-duplex; Conexão por meio de conector RJ-45. Conectividade Wireless (Rede Sem Fio): Padrão: Interface de rede sem fio integrada, compatível com o padrão IEEE 802.11ax (Wi-Fi 6) ou superior, operando em frequências de 2.4 GHz e 5 GHz (Dual Band). Interface de Conexão: A placa deve ser instalada internamente em slot M.2 (PCIe) dedicado na placa-	
--	---	--

	mãe. Não serão aceitos adaptadores via interface USB (internos ou externos) ou adaptadores PCI-Express x1 convencionais que não sejam a solução nativa do equipamento. Integração e Gerenciamento: O controlador wireless deve ser reconhecido nativamente pela BIOS/UEFI do equipamento. A BIOS/UEFI deve possuir opção para habilitar e desabilitar a interface wireless por questão de segurança da informação. Antenas e Design: O sistema de antenas deve ser projetado especificamente para o chassi ofertado (kit de antena original do fabricante), garantindo o ganho adequado de sinal (dBi) e fixação segura. Bluetooth: Deverá possuir interface Bluetooth 5.0 ou superior integrada ao mesmo módulo. Homologação: O equipamento ofertado deve possuir homologação da ANATEL. Garantia Unificada: O módulo wireless deve ser parte integrante do equipamento original, coberto pela mesma garantia e suporte técnico do computador (desktop), não sendo aceita garantia separada para este componente. Controladora de Vídeo: Deverá suportar, no mínimo, resolução de 1920 x 1080 60 Hz; Deverá possuir, no mínimo, 2 (dois) conectores de vídeo sendo um destes nativos no padrão HDMI; Deverá possuir suporte a, no mínimo, 2 (dois) monitores simultaneamente. Controladora de áudio integrada: Deverá possuir placa integrada à placa mãe; Deverá possuir conectores frontais para fones de ouvido e microfone. Gabinete: Cor predominante: preto;	
--	---	--

	Deverá possuir botão de power e luzes de status do equipamento; Deverá possuir indicação do número de série do equipamento em sua carcaça. Fonte de Alimentação: Deverá possuir fonte de alimentação com tensão de entrada 110/220 VAC, que atinja uma eficiência mínima de 85% com 50% da carga de trabalho empregada (80 Plus Bronze ou superior); O modelo de fonte fornecido deve estar cadastrado no site www.80plus.com na categoria bronze ou superior; Fonte de alimentação compatível e suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa-mãe, interfaces, SSDs, memória RAM e demais periféricos). Monitor FULL HD: Monitor deverá ser do mesmo fabricante do Computador; Deverá possuir tela 100% plana de LED com tecnologia IPS ou VA; Deverá possuir, no mínimo, 21 Polegadas; Deverá possuir ajustes de altura e de inclinação; Deverá possuir, no mínimo, resolução FULL HD de 1920 x 1080 pixels; Deverá possuir, no mínimo, uma frequência de 60Hz; Deverá possuir, no mínimo, 1 (uma) entrada HDMI; Deverá possuir controles digitais externos de brilho, contraste, posição horizontal e vertical, tamanho horizontal e vertical; Deverá possuir tempo de resposta máximo de 8 ms; Deverá possuir tela antirreflexiva; Deverá possuir certificado de eficiência energética; Alimentação: 110/220V automática;	
--	--	--

	Deverá acompanhar todos os cabos e acessórios necessários para seu funcionamento com o computador. Teclado Padrão ABNT-II, com conector USB: Deverá ser do mesmo fabricante do computador; Deverá possuir teclas de Iniciar e de Atalho do Windows; Deverá possuir mecanismo de mudança de inclinação do teclado; Deverá possuir cabo para conexão ao microcomputador com, no mínimo, 1,5 m; Deverá possuir bloco numérico separado das demais teclas; A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado. Mouse Ótico com conector USB: Deverá ser do mesmo fabricante do computador; Deverá possuir 3 botões (sendo um botão para rolagem de telas – “scroll”) e resolução mínima de 1000dpi; Deverá possuir cabo para conexão ao microcomputador com, no mínimo, 1,5 m. Software e Sistema Operacional: Deverá acompanhar licença do Windows 11 Pro OEM 64 bits em Português do Brasil; A licença deverá ser vitalícia, sem prazo de término, não sendo necessária sua renovação; A licença deverá estar gravada na BIOS do computador; O sistema operacional deverá estar devidamente instalado no equipamento.	
02	Scanner Scanner de documentos com alimentador automático (ADF) e digitalização duplex.	10

	Velocidade de digitalização: mínimo de 30 ppm (simplex) e 60 ipm (duplex) Resolução óptica: mínima de 600 dpi Capacidade do ADF: mínimo de 50 folhas Ciclo de trabalho diário: mínimo de 2.000 páginas/dia Gramatura suportada: 60 g/m² a 200 g/m² ou superior Conectividade: USB, com suporte a compartilhamento em rede via software, servidor ou interface integrada Compatibilidade: drivers TWAIN e WIA Alimentador automático de documentos Características ecológicas: deverá possuir certificado de eficiência energética Modelo para referência: Scanner Epson WorkForce ES-580W	
03	Licença Permanente Microsoft Office LTSC Standard 2024 Deverá ser apresentada cópia da nota da aquisição feita em um dos quatro distribuidores oficiais da Microsoft, a saber Agis, SND, Ingram Micro e Pauta; A licença deverá ser adquirida em território nacional (única e exclusivamente nos distribuidores já mencionados).	80

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades estimadas foram apresentadas no quadro do **item 3**.

Cabe ressaltar que os equipamentos serão solicitados mediante as necessidades da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a necessidade de renovação do parque de informática da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, foram analisadas as duas modalidades possíveis para

atendimento da demanda: **aquisição e locação** de equipamentos. Após estudo, conclui-se que a aquisição dos equipamentos representa a alternativa mais vantajosa para esta Casa Legislativa, conforme exposto a seguir.

5.1 – Do investimento e da economicidade

Embora a aquisição demande investimento inicial mais elevado, esse dispêndio ocorre de forma única e resulta na propriedade definitiva dos bens pelo Órgão. Diferentemente da locação, que gera pagamentos mensais contínuos e cumulativos, a compra elimina custos recorrentes e evita reajustes contratuais periódicos. A médio e longo prazo, o montante pago em locação tende a superar significativamente o valor de aquisição dos mesmos equipamentos, o que comprometeria a economicidade e a eficiência do gasto público.

5.2 – Da formação e valorização do patrimônio público

Os equipamentos adquiridos passam a compor o patrimônio da Câmara Municipal, fortalecendo o ativo público e permitindo controle total sobre sua utilização, destinação e ciclo de vida. Na locação, ao término do contrato, não há incorporação de bens ao patrimônio, gerando despesa sem retorno patrimonial.

27

5.3 – Da autonomia tecnológica e operacional

A aquisição garante maior autonomia quanto à configuração, ampliação, substituição e gestão dos equipamentos, sem depender de limitações contratuais impostas por fornecedores. O Órgão pode planejar sua evolução tecnológica conforme suas necessidades reais, evitando substituições desnecessárias e otimizando o ciclo de uso dos equipamentos.

5.4 – Da manutenção e suporte

A manutenção dos equipamentos adquiridos, finalizados os prazos de garantia contratual, pode ser realizada por meio de contratos específicos ou aquisição direta de peças, normalmente a custos inferiores aos valores incorporados nas mensalidades da locação. Essa modalidade permite à Câmara escolher prestadores de serviços de suporte

mais vantajosos e adotar estratégias de manutenção preventiva e corretiva alinhadas às necessidades internas, mantendo o pleno controle operacional.

5.5 – Da gestão e previsibilidade

A compra permite gestão patrimonial eficiente, com controle direto sobre inventário, prazos de substituição e planejamento orçamentário de longo prazo. A previsibilidade dos custos evita dependência de condições contratuais externas e assegura maior estabilidade administrativa.

5.6 – Da realidade operacional da Câmara Municipal

Considerando que o perfil de uso dos equipamentos nesta Casa Legislativa caracteriza-se por estabilidade na demanda, baixa rotatividade de estações de trabalho e ausência de necessidade de renovação tecnológica acelerada, constatou-se que a aquisição proporciona melhor relação custo-benefício quando comparada à locação.

Dessa forma, a compra dos equipamentos de informática demonstra-se a solução mais adequada para garantir eficiência administrativa, otimização dos recursos públicos e fortalecimento do patrimônio do Órgão, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

À vista das razões expostas, justifica-se a adoção da modalidade de aquisição como forma de atender às necessidades da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete.

28

6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para a composição do quadro de preços estimados para os itens 02 e 03 constantes neste ETP, foram realizadas pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e consultas ao Banco de Preços, que é um sistema de consulta de preços praticados nas contratações públicas com o qual a Câmara Municipal possui contrato de licença de uso.

Já em relação ao item 01, além das pesquisas realizadas nos portais supracitados, procedeu-se também à consulta direta a fornecedores. Tal medida foi adotada em razão de o item em questão ter sido declarado fracassado no último pregão promovido por esta Casa Legislativa, tendo em vista que os licitantes alegaram que os valores estimados constantes no edital estavam inferiores aos praticados no mercado.

Ressalta-se que, à época, a composição do preço estimado foi realizada com base exclusivamente em consultas ao PNCP e ao Banco de Preços. Embora tenham sido observados os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, os valores obtidos mostraram-se significativamente inferiores à realidade de mercado, revelando-se inexecutáveis no momento da realização do pregão.

Diante desse cenário, tornou-se necessária a realização de novo certame, bem como a adoção de metodologia complementar de pesquisa de preços, com a inclusão de consultas diretas a fornecedores, visando à obtenção de estimativas mais fidedignas e compatíveis com os valores atualmente praticados no mercado.

Registra-se, por fim, que foram encaminhadas solicitações de orçamento a diversos fornecedores do ramo, por meio de correio eletrônico, com o intuito de subsidiar a formação de preços com base em consultas diretas ao mercado. Contudo, não foram obtidas respostas às referidas solicitações até o momento da consolidação deste estudo, circunstância que limitou a utilização dessa fonte específica na composição do valor estimado, sem prejuízo da adoção das demais metodologias de pesquisa disponíveis.

Ressalta-se que o valor apresentado neste ETP possui caráter meramente estimativo, tendo sido apurado com base nas pesquisas de mercado realizadas no momento de sua elaboração, podendo, portanto, sofrer variações até a efetiva realização do certame. Destaca-se, ainda, que os preços de equipamentos de informática estão sujeitos a oscilações decorrentes de fatores econômicos, especialmente da variação cambial, notadamente do dólar, o que pode impactar os valores praticados no mercado, tanto para mais quanto para menos.

Outro fator que deve ser levado em consideração é o cenário atual do mercado de equipamentos de informática, o qual, no ano de 2026, apresenta significativa volatilidade em função de fatores estruturais que impactam diretamente os custos de produção e comercialização. Destaca-se, nesse contexto, a crise no fornecimento de memórias, fenômeno que tem provocado elevação expressiva nos preços de componentes essenciais. Projeções indicam aumentos de até 63% nos preços de memórias DRAM e de até 75% nos preços de memórias NAND, o que repercute diretamente no valor de dispositivos que dependem dessas tecnologias, como unidades de armazenamento e equipamentos com memória integrada.

Dessa forma, conclui-se que os valores estimados refletem um mercado em constante variação, influenciado tanto pela elevação dos custos de componentes quanto por dinâmicas comerciais sazonais, devendo tais fatores serem considerados na análise da exequibilidade das propostas a serem apresentadas no certame.

Assim sendo, o valor estimado não constitui obrigação ou limite rígido, servindo apenas como referência para fins de planejamento da contratação.

A estimativa do custo da contratação a ser realizada é apresentada no quadro a seguir com a previsão da contratação sendo estimada a partir das consultas realizadas.

Para facilitar a apresentação dos dados, as especificações dos equipamentos foram suprimidas dessa tabela, sendo apresentado apenas o número do item e o nome. Todas as descrições foram devidamente apresentadas no **item 3** deste ETP.

Item	<u>Qtde.</u>	Valor Unitário 1	Valor Unitário 2	Valor Unitário 3	Valor Unitário Médio	Valor Médio Total
01 – Computador <i>Desktop</i>	60	R\$ 5.690,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.600,00	R\$ 5.430,00	R\$ 325.800,00
02 - <i>Scanner</i>	10	R\$ 3.863,45	R\$ 2.361,74	R\$ 3.439,20	R\$ 3.221,46	R\$ 32.214,60
03 – Licença Permanente Microsoft Office LTSC Standard 2024	80	R\$ 2.133,00	R\$ 2.794,01	R\$ 2.848,71	R\$ 2.591,91	R\$ 207.352,80
Valor Total Médio Estimado:						R\$ 565.367,40

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O objeto da contratação a que se pretende, a saber, é o registro de preços para aquisição de equipamentos de informática (computadores *desktop* e *scanners*) e licenças permanentes do Microsoft Office LTSC Standard 2024 para atendimento aos diversos setores da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete.

O(s) fornecedor(es) deverá(ão) oferecer garantia de 01 (um) ano para os equipamentos descritos no item 02 e de 02 (dois) anos e assistência *in loco* para reparos para o equipamento descrito no item 01.

Durante o período de garantia dos equipamentos descritos neste Estudo Técnico Preliminar, o(s) fornecedor(es) deverá(ão) disponibilizar, sem ônus adicionais para a Câmara Municipal, meios para esclarecimento de dúvidas relativas ao uso, instalação ou configuração dos equipamentos, assim como orientação e acompanhamento da solução de problemas.

O(s) fornecedor(es) deverá(ão) disponibilizar, também, suporte técnico não assistido, o qual compreenderá o *download* de informações técnicas e de *drivers*, e de aplicativos/utilitários relacionados com os equipamentos fornecidos. Esse serviço deverá ser prestado pela Internet, *e-mail*, e/ou outro meio hábil de comunicação.

Quando identificar problema no funcionamento de um equipamento, o Fiscal do Contrato solicitará o seu reparo ao(s) fornecedor(es), que terá(ão) o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para, às suas custas, recolher o equipamento na Câmara Municipal, repará-lo e, também às suas expensas, restituí-lo à Câmara.

No caso dos microcomputadores, o fornecedor terá um prazo de 24 (vinte e quatro) horas para comparecer à Câmara Municipal e iniciar a assistência *in loco*. Caso seja necessário o recolhimento do equipamento para reparo externo, o prazo máximo é de 5 (cinco) dias úteis para que o fornecedor, às suas custas, recolha o equipamento na Câmara Municipal, repará-lo e, também às suas expensas, restituí-lo à Câmara.

Caso o problema detectado não seja solucionado dentro desse prazo, o fornecedor deverá disponibilizar, imediatamente, outro equipamento, com especificações semelhantes ou superiores até que o equipamento defeituoso seja posto novamente em funcionamento em perfeitas condições, num prazo máximo de 30 (trinta) dias. Havendo impossibilidade do reparo do equipamento, o fornecedor deverá prover a substituição definitiva do equipamento defeituoso.

O fornecedor deverá oferecer canais de comunicação, números de telefone e fax, meios virtuais (site, *e-mail*, chat etc.), para que seja formalizado o pedido de reparo ou substituição dos equipamentos pelo usuário.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Por se tratar de contratação na modalidade Registro de Preços, o objeto será solicitado mediante a demanda da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A execução contratual será acompanhada pelo gestor e fiscal designados. Após a entrega dos equipamentos pelo(s) fornecedor(es), o fiscal disporá de um período de até 10 (dez) dias úteis para testes e verificações dos requisitos e configurações constantes

neste ETP. A partir deste período, satisfeitas todas as condições de testes, o gestor do contrato emitirá o respectivo “Termo de Aceitação Final”, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

Caberá a Câmara Municipal rejeitar totalmente ou em parte, quaisquer equipamentos que não estejam de acordo com as exigências e requisitos deste ETP, ou aquele que não seja comprovadamente original ou novo, bem como requerer a substituição dos equipamentos fora de especificação num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Ao final, o fiscal e o gestor atestarão as notas fiscais emitidas pela contratada, caso tudo esteja de acordo, com anotações dos possíveis problemas que possam acontecer no fornecimento e as soluções encontradas para saná-los.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Nomeação e capacitação do gestor e fiscal do contrato para a fiscalização e acompanhamento do contrato.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não existe contratação correlata/interdependente.

32

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

A aquisição de equipamentos de informática pode ter alguns impactos ambientais, que devem ser considerados e mitigados para minimizar os efeitos negativos. Os principais impactos incluem:

1. Geração de resíduos eletrônicos: a compra de um novo computador pode levar à geração de resíduos eletrônicos, como o descarte de equipamentos antigos que serão substituídos. É importante garantir que esses resíduos sejam gerenciados de forma adequada, seguindo as diretrizes de reciclagem e descarte correto de eletrônicos. A Câmara Municipal, como já ocorreu em outras vezes, faz a doação dos equipamentos antigos para a Prefeitura. Caso a Prefeitura recuse a doação, a Câmara abre um processo de credenciamento para que as instituições de reciclagem da cidade possam receber os equipamentos e dar a destinação adequada aos equipamentos antigos para evitar impactos negativos ao meio ambiente.

2. Consumo de energia: os novos equipamentos poderão aumentar o consumo de energia elétrica na Câmara Municipal. Para mitigar esse impacto, foram indicados equipamentos e especificações que asseguram potencial de eficiência energética, a fim de garantir que eles atendam a padrões de sustentabilidade.
3. Uso de materiais e recursos: a fabricação do computador envolve o uso de materiais e recursos naturais. É importante optar por fornecedores que adotem práticas sustentáveis e que priorizem a utilização de materiais recicláveis e processos de produção com menor impacto ambiental.
4. Emissões de carbono: a produção e o transporte dos equipamentos podem resultar em emissões de gases de efeito estufa. A escolha de fornecedores locais ou que adotem práticas de transporte mais sustentáveis, que utilizem modos de transporte de baixa emissão, que otimizem suas rotas de entrega para reduzir as distâncias percorridas, pode ajudar a reduzir essas emissões.
5. Desempenho e durabilidade: investir em equipamentos de alta qualidade e com configurações avançadas pode aumentar a durabilidade do equipamento, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, a geração de resíduos e o consumo de novos recursos. A escolha de um equipamento durável e de alto desempenho pode contribuir para a redução do impacto ambiental a longo prazo.

33

Para minimizar esses impactos, é fundamental implementar práticas de gestão ambiental, como a correta disposição de resíduos eletrônicos, a adoção de equipamentos com eficiência energética e a escolha de fornecedores comprometidos com a sustentabilidade. A Câmara Municipal deve promover a conscientização sobre a importância dessas práticas entre seus servidores e assegurar o cumprimento das diretrizes ambientais estabelecidas.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação a que se pretende mostra-se viável e necessária já que são necessários equipamentos de informática funcionais para que os serviços prestados aos cidadãos sejam oferecidos com qualidade e de maneira ininterrupta.

A contratação está amparada na previsão orçamentária da Câmara Municipal, pelas seguintes dotações: 4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente e 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo.

 Documento assinado digitalmente:
DANIELLA INACIO DE BARROS
Data: 13/04/2026 11:24:49-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Daniella Inácio de Barros
- Analista de Sistemas -

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

I – DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Referência destina-se ao registro de preços para contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática (computadores *desktop* e *scanners*) e licenças permanentes Microsoft Office LTSC Standard 2024 para atendimento aos diversos setores da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, de acordo com as especificações que se seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA/ MODELO	Valor médio unitário	Valor médio total
01	COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO Computador Desktop Processador: Deverá atingir índice de, no mínimo, 25.000 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php ; Deverá possuir, no mínimo, 8 (oito) núcleos físicos de processamento; Litografia: 10nm (nanômetros) ou tecnologia superior; Conjunto de instruções: 64 bits; O processador deverá ser da última geração disponível pelo fabricante do processador ou ter sido lançado a menos de 18 meses, contados a partir da data de publicação do edital; é obrigatório declarar na proposta, o modelo do processador ofertado; Deve possuir processador gráfico integrado e suportar no mínimo 02 telas simultâneas. Memória Principal: Deve possuir tecnologia DDR- 5 superior; Frequência mínima de trabalho: 4.400 MHz; Deve possuir, no mínimo, 16 (dezesesseis) GB de memória instalada. BIOS: O equipamento deverá possuir BIOS do mesmo fabricante do equipamento (BIOS do próprio fabricante do equipamento ou que tenha direitos de copyright sobre esse BIOS). Não serão aceitas soluções em regime de OEM, customizações ou apenas cessão de direitos limitados;	45		R\$ 5.430,00	R\$ 244.350,00

	A BIOS deverá ser desenvolvida em Flash ROM, podendo ser atualizada por meio de software de gerenciamento; Deverá possuir a opção de inserir senha para acesso à BIOS; A BIOS deverá ser em idioma português ou inglês, desenvolvida pelo fabricante; Deverá possuir compatibilidade com o padrão UEFI; A BIOS deverá possuir o número de série do equipamento registrado para consulta; Deverá possuir ferramenta gráfica para diagnóstico de saúde do hardware, sendo acessado através das teclas de função F1 à F12, deverá apresentar no mínimo versão de BIOS, número de série do equipamento, realizar testes de vídeo, módulos de memória RAM (teste básico ou estendido), dispositivo de armazenamento (HDD ou SSD), com execução de testes independente do estado/versão sistema operacional. Placa Mãe: A placa mãe deverá ser de fabricação própria, do mesmo fabricante do computador. Caso não seja, serão aceitas soluções OEM, não podendo ser de livre comercialização no mercado, sendo que o fabricante do computador deverá estar serigrafado na placa em processo industrial, não sendo permitidas etiquetas, adesivos ou quaisquer alterações na mesma; Deverá ter suporte à tecnologia de memórias em Dual Channel; Deve suportar expansão para 32GB de memória RAM no mínimo; Deverá possuir, no mínimo, 04 portas USB traseiras com no mínimo 02 portas USB 3.2 ou superior nativas, não sendo utilizado hubs, placas ou adaptadores e, no mínimo, 03 portas disponibilizadas na parte frontal do gabinete, sendo, no mínimo, 01 porta com tecnologia USB 3.2; O chipset deverá pertencer à geração mais recente disponibilizada pelo Fabricante, ou ter sido lançado a menos de 36 meses, e deve ser compatível com o processador ofertado. Armazenamento:				
--	--	--	--	--	--

SSD - Solid State Drive - com capacidade mínima de 480GB com tecnologia PCIe NVMe M.2. Controladora de rede Gigabit Ethernet: Deverá possuir placa integrada à placa mãe; Deverá operar em 10, 100 e 1000 Mbps, com reconhecimento automático da velocidade da rede; Deverá operar no modo full-duplex; Conexão por meio de conector RJ-45. Conectividade Wireless (Rede Sem Fio): Padrão: Interface de rede sem fio integrada, compatível com o padrão IEEE 802.11ax (Wi-Fi 6) ou superior, operando em frequências de 2.4 GHz e 5 GHz (Dual Band). Interface de Conexão: A placa deve ser instalada internamente em slot M.2 (PCIe) dedicado na placa-mãe. Não serão aceitos adaptadores via interface USB (internos ou externos) ou adaptadores PCI-Express x1 convencionais que não sejam a solução nativa do equipamento. Integração e Gerenciamento: O controlador wireless deve ser reconhecido nativamente pela BIOS/UEFI do equipamento. A BIOS/UEFI deve possuir opção para habilitar e desabilitar a interface wireless por questão de segurança da informação. Antenas e Design: O sistema de antenas deve ser projetado especificamente para o chassi ofertado (kit de antena original do fabricante), garantindo o ganho adequado de sinal (dBi) e fixação segura. Bluetooth: Deverá possuir interface Bluetooth 5.0 ou superior integrada ao mesmo módulo. Homologação: O equipamento ofertado deve possuir homologação da ANATEL. Garantia Unificada: O módulo wireless deve ser parte integrante do equipamento original, coberto pela mesma garantia e suporte técnico do computador (desktop), não sendo aceita garantia separada para este componente. Controladora de Vídeo: Deverá suportar, no mínimo, resolução de 1920 x 1080 60 Hz;				
--	--	--	--	--

Deverá possuir, no mínimo, 2 (dois) conectores de vídeo sendo um destes nativos no padrão HDMI; Deverá possuir suporte a, no mínimo, 2 (dois) monitores simultaneamente. Controladora de áudio integrada: Deverá possuir placa integrada à placa mãe; Deverá possuir conectores frontais para fones de ouvido e microfone. Gabinete: Cor predominante: preto; Deverá possuir botão de power e luzes de status do equipamento; Deverá possuir indicação do número de série do equipamento em sua carcaça. Fonte de Alimentação: Deverá possuir fonte de alimentação com tensão de entrada 110/220 VAC, que atinja uma eficiência mínima de 85% com 50% da carga de trabalho empregada (80 Plus Bronze ou superior); O modelo de fonte fornecido deve estar cadastrado no site www.80plus.com na categoria bronze ou superior; Fonte de alimentação compatível e suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa-mãe, interfaces, SSDs, memória RAM e demais periféricos). Monitor FULL HD: Monitor deverá ser do mesmo fabricante do Computador; Deverá possuir tela 100% plana de LED com tecnologia IPS ou VA; Deverá possuir, no mínimo, 21 Polegadas; Deverá possuir ajustes de altura e de inclinação; Deverá possuir, no mínimo, resolução FULL HD de 1920 x 1080 pixels; Deverá possuir, no mínimo, uma frequência de 60Hz; Deverá possuir, no mínimo, 1 (uma) entrada HDMI; Deverá possuir controles digitais externos de brilho, contraste, posição horizontal e vertical, tamanho horizontal e vertical; Deverá possuir tempo de resposta máximo de 8 ms;				
---	--	--	--	--

	Deverá possuir tela antirreflexiva; Deverá possuir certificado de eficiência energética; Alimentação: 110/220V automática; Deverá acompanhar todos os cabos e acessórios necessários para seu funcionamento com o computador. Teclado Padrão ABNT-II, com conector USB: Deverá ser do mesmo fabricante do computador; Deverá possuir teclas de Iniciar e de Atalho do Windows; Deverá possuir mecanismo de mudança de inclinação do teclado; Deverá possuir cabo para conexão ao microcomputador com, no mínimo, 1,5 m; Deverá possuir bloco numérico separado das demais teclas; A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado. Mouse Ótico com conector USB: Deverá ser do mesmo fabricante do computador; Deverá possuir 3 botões (sendo um botão para rolagem de telas – “scroll”) e resolução mínima de 1000dpi; Deverá possuir cabo para conexão ao microcomputador com, no mínimo, 1,5 m. Software e Sistema Operacional: Deverá acompanhar licença do Windows 11 Pro OEM 64 bits em Português do Brasil; A licença deverá ser vitalícia, sem prazo de término, não sendo necessária sua renovação; A licença deverá estar gravada na BIOS do computador; O sistema operacional deverá estar devidamente instalado no equipamento.				
02	COTA RESERVADA – ME/EPP Computador Desktop Processador: Deverá atingir índice de, no mínimo, 25.000 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php;	15		R\$ 5.430,00	R\$ 81.450,00

	Deverá possuir, no mínimo, 8 (oito) núcleos físicos de processamento; Litografia: 10nm (nanômetros) ou tecnologia superior; Conjunto de instruções: 64 bits; O processador deverá ser da última geração disponível pelo fabricante do processador ou ter sido lançado a menos de 18 meses, contados a partir da data de publicação do edital; é obrigatório declarar na proposta, o modelo do processador ofertado; Deve possuir processador gráfico integrado e suportar no mínimo 02 telas simultâneas. Memória Principal: Deve possuir tecnologia DDR- 5 superior; Frequência mínima de trabalho: 4.400 MHz; Deve possuir, no mínimo, 16 (dezesesseis) GB de memória instalada. BIOS: O equipamento deverá possuir BIOS do mesmo fabricante do equipamento (BIOS do próprio fabricante do equipamento ou que tenha direitos de copyright sobre esse BIOS). Não serão aceitas soluções em regime de OEM, customizações ou apenas cessão de direitos limitados; A BIOS deverá ser desenvolvida em Flash ROM, podendo ser atualizada por meio de software de gerenciamento; Deverá possuir a opção de inserir senha para acesso à BIOS; A BIOS deverá ser em idioma português ou inglês, desenvolvida pelo fabricante; Deverá possuir compatibilidade com o padrão UEFI; A BIOS deverá possuir o número de série do equipamento registrado para consulta; Deverá possuir ferramenta gráfica para diagnóstico de saúde do hardware, sendo acessado através das teclas de função F1 à F12, deverá apresentar no mínimo versão de BIOS, número de série do equipamento, realizar testes de vídeo, módulos de memória RAM (teste básico ou estendido), dispositivo de armazenamento (HDD ou SSD), com execução de testes independente do estado/versão sistema operacional. Placa Mãe:				
--	---	--	--	--	--

	A placa mãe deverá ser de fabricação própria, do mesmo fabricante do computador. Caso não seja, serão aceitas soluções OEM, não podendo ser de livre comercialização no mercado, sendo que o fabricante do computador deverá estar serigrafado na placa em processo industrial, não sendo permitidas etiquetas, adesivos ou quaisquer alterações na mesma; Deverá ter suporte à tecnologia de memórias em Dual Channel; Deve suportar expansão para 32GB de memória RAM no mínimo; Deverá possuir, no mínimo, 04 portas USB traseiras com no mínimo 02 portas USB 3.2 ou superior nativas, não sendo utilizado hubs, placas ou adaptadores e, no mínimo, 03 portas disponibilizadas na parte frontal do gabinete, sendo, no mínimo, 01 porta com tecnologia USB 3.2; O chipset deverá pertencer à geração mais recente disponibilizada pelo Fabricante, ou ter sido lançado a menos de 36 meses, e deve ser compatível com o processador ofertado. Armazenamento: SSD - Solid State Drive - com capacidade mínima de 480GB com tecnologia PCIe NVMe M.2. Controladora de rede Gigabit Ethernet: Deverá possuir placa integrada à placa mãe; Deverá operar em 10, 100 e 1000 Mbps, com reconhecimento automático da velocidade da rede; Deverá operar no modo full-duplex; Conexão por meio de conector RJ-45. Conectividade Wireless (Rede Sem Fio): Padrão: Interface de rede sem fio integrada, compatível com o padrão IEEE 802.11ax (Wi-Fi 6) ou superior, operando em frequências de 2.4 GHz e 5 GHz (Dual Band). Interface de Conexão: A placa deve ser instalada internamente em slot M.2 (PCIe) dedicado na placa-mãe. Não serão aceitos adaptadores via interface USB (internos ou externos) ou adaptadores PCI-Express x1 convencionais que não sejam a solução nativa do equipamento.				
--	--	--	--	--	--

	Integração e Gerenciamento: O controlador wireless deve ser reconhecido nativamente pela BIOS/UEFI do equipamento. A BIOS/UEFI deve possuir opção para habilitar e desabilitar a interface wireless por questão de segurança da informação. Antenas e Design: O sistema de antenas deve ser projetado especificamente para o chassi ofertado (kit de antena original do fabricante), garantindo o ganho adequado de sinal (dBi) e fixação segura. Bluetooth: Deverá possuir interface Bluetooth 5.0 ou superior integrada ao mesmo módulo. Homologação: O equipamento ofertado deve possuir homologação da ANATEL. Garantia Unificada: O módulo wireless deve ser parte integrante do equipamento original, coberto pela mesma garantia e suporte técnico do computador (desktop), não sendo aceita garantia separada para este componente. Controladora de Vídeo: Deverá suportar, no mínimo, resolução de 1920 x 1080 60 Hz; Deverá possuir, no mínimo, 2 (dois) conectores de vídeo sendo um destes nativos no padrão HDMI; Deverá possuir suporte a, no mínimo, 2 (dois) monitores simultaneamente. Controladora de áudio integrada: Deverá possuir placa integrada à placa mãe; Deverá possuir conectores frontais para fones de ouvido e microfone. Gabinete: Cor predominante: preto; Deverá possuir botão de power e luzes de status do equipamento; Deverá possuir indicação do número de série do equipamento em sua carcaça. Fonte de Alimentação: Deverá possuir fonte de alimentação com tensão de entrada 110/220 VAC, que atinja uma eficiência mínima de 85% com 50% da carga de trabalho empregada (80 Plus Bronze ou superior); O modelo de fonte fornecido deve estar cadastrado no site www.80plus.com na categoria bronze ou superior;				
--	--	--	--	--	--

	Fonte de alimentação compatível e suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa-mãe, interfaces, SSDs, memória RAM e demais periféricos). Monitor FULL HD: Monitor deverá ser do mesmo fabricante do Computador; Deverá possuir tela 100% plana de LED com tecnologia IPS ou VA; Deverá possuir, no mínimo, 21 Polegadas; Deverá possuir ajustes de altura e de inclinação; Deverá possuir, no mínimo, resolução FULL HD de 1920 x 1080 pixels; Deverá possuir, no mínimo, uma frequência de 60Hz; Deverá possuir, no mínimo, 1 (uma) entrada HDMI; Deverá possuir controles digitais externos de brilho, contraste, posição horizontal e vertical, tamanho horizontal e vertical; Deverá possuir tempo de resposta máximo de 8 ms; Deverá possuir tela antirreflexiva; Deverá possuir certificado de eficiência energética; Alimentação: 110/220V automática; Deverá acompanhar todos os cabos e acessórios necessários para seu funcionamento com o computador. Teclado Padrão ABNT-II, com conector USB: Deverá ser do mesmo fabricante do computador; Deverá possuir teclas de Iniciar e de Atalho do Windows; Deverá possuir mecanismo de mudança de inclinação do teclado; Deverá possuir cabo para conexão ao microcomputador com, no mínimo, 1,5 m; Deverá possuir bloco numérico separado das demais teclas; A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado. Mouse Ótico com conector USB:				
--	---	--	--	--	--

	Deverá ser do mesmo fabricante do computador; Deverá possuir 3 botões (sendo um botão para rolagem de telas – “scroll”) e resolução mínima de 1000dpi; Deverá possuir cabo para conexão ao microcomputador com, no mínimo, 1,5 m. Software e Sistema Operacional: Deverá acompanhar licença do Windows 11 Pro OEM 64 bits em Português do Brasil; A licença deverá ser vitalícia, sem prazo de término, não sendo necessária sua renovação; A licença deverá estar gravada na BIOS do computador; O sistema operacional deverá estar devidamente instalado no equipamento.				
03	Scanner Scanner de documentos com alimentador automático (ADF) e digitalização duplex. Velocidade de digitalização: mínimo de 30 ppm (simplex) e 60 ipm (duplex) Resolução óptica: mínima de 600 dpi Capacidade do ADF: mínimo de 50 folhas Ciclo de trabalho diário: mínimo de 2.000 páginas/dia Gramatura suportada: 60 g/m² a 200 g/m² ou superior Conectividade: USB, com suporte a compartilhamento em rede via software, servidor ou interface integrada Compatibilidade: drivers TWAIN e WIA Alimentador automático de documentos Características ecológicas: deverá possuir certificado de eficiência energética. Modelo para referência: Scanner Epson WorkForce ES-580W, similar ou superior.	10		R\$ 3.221,46	R\$ 32.214,60
04	COTA PRINCIPAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO Licença Permanente Microsoft Office LTSC Standard 2024 Deverá ser apresentada cópia da nota da aquisição feita em um dos quatro distribuidores oficiais da Microsoft, a saber Agis, SND, Ingram Micro e Pauta; A licença deverá ser adquirida em território nacional (única e exclusivamente nos distribuidores já mencionados).	60		R\$ 2.591,91	R\$ 155.514,60

05	COTA RESERVADA – ME/EPP Licença Permanente Microsoft Office LTSC Standard 2024 Deverá ser apresentada cópia da nota da aquisição feita em um dos quatro distribuidores oficiais da Microsoft, a saber Agis, SND, Ingram Micro e Pauta; A licença deverá ser adquirida em território nacional (única e exclusivamente nos distribuidores já mencionados).	20		R\$ 2.591,91	R\$ 51.838,20
Valor Total Médio Estimado:		R\$ 565.367,40 (quinhentos e sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos)			
A negociação na sessão do pregão se dará pelo valor unitário					

1.2 – O(s) material(is) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Documento de Formalização de Demanda e do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de sua assinatura do instrumento contratual e término quando da conclusão de seu objeto, produzindo efeitos, inclusive, durante a vigência do prazo de garantia previsto na cláusula 6.1 do presente instrumento.

1.4 – O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

1.7 - Não haverá exigência da garantia da contratação de que trata os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão de que a exigência da mesma não é cautela obrigatória a ser exigida pela Administração Pública, além de a Administração já se encontrar resguardada pelos requisitos de habilitação que limita a participação no certame das empresas que demonstrem capacidade técnica, fiscal e econômico-financeira para cumprimento do contrato.

Local e horário de entrega dos materiais

1.8 - O(s) fornecedor(es) obriga(m)-se a entregar os equipamentos, no almoxarifado da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, na Rua Assis Andrade, 540 – Centro – Conselheiro Lafaiete – MG, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir do recebimento da NAF – Nota de Autorização de Fornecimento. A aquisição desses equipamentos será fracionada, de acordo com as necessidades de cada setor.

1.9 - Os equipamentos deverão ser entregues no horário de trabalho da Analista de Sistemas da Câmara Municipal, de 6h30 às 12h30. A Analista será a gestora do(s) contrato(s) decorrentes do processo licitatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

III – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

V - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - O(s) fornecedor(es) obriga(m)-se a entregar os equipamentos contratados, no almoxarifado da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, na Rua Assis Andrade, 540 – Centro – Conselheiro Lafaiete – MG, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir do recebimento da NAF – Nota de Autorização de Fornecimento.

5.2 - Os equipamentos deverão ser entregues no horário de trabalho da Analista de Sistemas da Câmara Municipal, de 6h30 às 12h30.

5.3 - Uma vez que os equipamentos forem entregues, a Câmara Municipal emitirá o “Termo de Aceite Provisório”, que será assinado pelo Fiscal e pela Gestora de Contratos.

5.4 - Após a entrega dos equipamentos pelo(s) fornecedor(es), a Câmara Municipal disporá de um período de até 10 (dez) dias úteis para testes e verificações dos requisitos e configurações constantes neste Termo de Referência. A partir deste período, satisfeitas todas as condições de testes, a Câmara Municipal emitirá o respectivo “Termo de Aceitação Final”, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

5.5 - Caberá a Câmara Municipal rejeitar totalmente ou em parte, quaisquer equipamentos que não estejam de acordo com as exigências e requisitos deste Termo de Referência, ou aquele que não seja comprovadamente original ou novo, bem como requerer a substituição dos equipamentos fora de especificação num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

5.6 - Por ocasião da entrega das propostas, deverá ser comprovado que o fabricante dos equipamentos ofertados possui banco de dados disponibilizado na Internet que permita obter a configuração de *hardware* e *software* ofertados, periféricos internos e *drivers* de instalação atualizados e disponíveis para *download* a partir do número de série dos mesmos.

5.7 - A marca e o modelo dos equipamentos e dos periféricos que compõem os computadores e *notebooks* fornecidos deverão estar em conformidade com aqueles indicados nas propostas.

5.8 - Os equipamentos deverão ser novos, sem uso e serem produzidos em série.

5.9 - Os produtos de *hardware* deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados, arranhões ou outros problemas físicos, acondicionados em suas embalagens originais.

5.10 - Os equipamentos e *softwares* não podem ter sido descontinuados, ou seja, deverão constar na linha atual de fabricação/comercialização e suporte do fabricante.

5.11 - Não serão aceitos equipamentos cujas configurações originais de fábrica tenham sido modificadas para atender aos requisitos mínimos de especificação do edital. Fica proibida a instalação de *hardware* de terceiros nos computadores, exceto quando realizada pelo próprio fabricante.

5.12 - O fornecedor deverá comprovar, através de documento do portfólio do fabricante divulgado de forma pública, o desempenho de todas as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência sob pena de desclassificação da proposta.

VI - GARANTIA / SUPORTE TÉCNICO

6.1 - O(s) fornecedor(es) deverá(ão) oferecer garantia de 01 (um) ano para o equipamento descrito no item 03 e de 02 (dois) anos e assistência *in loco* para reparos para o equipamento descrito nos itens 01 e 02.

6.2 - Durante o período de garantia dos equipamentos descritos neste Termo de Referência, o(s) fornecedor(es) deverá(ão) disponibilizar, sem ônus adicionais para a Câmara Municipal, meios para esclarecimento de dúvidas relativas ao uso, instalação ou configuração dos equipamentos, assim como orientação e acompanhamento da solução de problemas.

6.3 - O(s) fornecedor(es) deverá(ão) disponibilizar, também, suporte técnico não assistido, o qual compreenderá o *download* de informações técnicas e de *drivers*, e de aplicativos/utilitários relacionados com os equipamentos fornecidos. Esse serviço deverá ser prestado pela Internet, *e-mail*, e/ou outro meio hábil de comunicação.

VII - SOLICITAÇÃO DE REPARO

7.1 - Quando identificar problema no funcionamento de um equipamento, o Fiscal do Contrato solicitará o seu reparo ao(s) fornecedor(es), que terá(ão) o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para, às suas custas, recolher o equipamento na Câmara Municipal, repará-lo e, também às suas expensas, restituí-lo à Câmara.

7.1.1 - No caso dos microcomputadores e notebooks, o fornecedor terá um prazo de 24 (vinte e quatro) horas para comparecer à Câmara Municipal e iniciar a assistência *in loco*. Caso seja necessário o recolhimento do equipamento para reparo externo, o prazo máximo é de 5 (cinco) dias úteis para que o fornecedor, às suas custas, recolha o equipamento na Câmara Municipal, repará-lo e, também às suas expensas, restituí-lo à Câmara.

7.2 - Caso o problema detectado não seja solucionado dentro desse prazo, o fornecedor deverá disponibilizar, imediatamente, outro equipamento, com especificações semelhantes ou superiores até que o equipamento defeituoso seja posto novamente em funcionamento em perfeitas condições, num prazo máximo de 30 (trinta) dias. Havendo impossibilidade do reparo do equipamento, o fornecedor deverá prover a substituição definitiva do equipamento defeituoso.

7.3 - O fornecedor deverá oferecer canais de comunicação, números de telefone e fax, meios virtuais (site, *e-mail*, chat etc.), para que seja formalizado o pedido de reparo ou substituição dos equipamentos pelo usuário.

VIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

8.2 - Designar gestor e fiscal do contrato, na forma prevista na Lei nº 14.133/21 para realizar rigorosa conferência dos materiais fornecidos, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a fiel e correta execução dos mesmos;

8.3 - Rejeitar no todo ou em partes os materiais que se encontram em desacordo com as especificações acordadas, ou aqueles que apresentem vícios ou imperfeições, solicitando a substituição dos mesmos nos prazos estipulados neste instrumento.

8.4 - Notificar por escrito à licitante, por meio de canais de comunicação, a ocorrência de eventuais problemas no funcionamento dos equipamentos, solicitando o reparo ou a substituição dos mesmos conforme regras e prazos estipulados neste instrumento.

8.5 - Permitir o livre acesso dos empregados da licitante nas suas dependências, desde que devidamente identificados, para a execução das solicitações de reparo e substituição.

48

IX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Zelar pela qualidade e conformidade com a proposta dos equipamentos fornecidos.

9.2 - Entregar os equipamentos solicitados no prazo estipulado neste instrumento.

9.3 - Oferecer garantia, suporte técnico e reparos nos equipamentos fornecidos, conforme regras estipuladas nas cláusulas VI e VII deste Termo de Referência.

9.4 - Durante o período de garantia dos equipamentos descritos neste Termo de Referência, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar, sem ônus adicionais para a Câmara Municipal, meios para esclarecimento de dúvidas relativas ao uso, instalação ou configuração dos equipamentos, assim como orientação e acompanhamento da solução de problemas.

9.5 - A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, também, suporte técnico não assistido, o qual compreenderá o *download* de informações técnicas e de *drivers*, e de aplicativos/utilitários relacionados com os equipamentos fornecidos. Esse serviço deverá ser prestado pela Internet, *e-mail*, e/ou outro meio hábil de comunicação.

9.6 - Transportar, por sua conta e risco, os equipamentos objeto deste contrato, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte.

9.7 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na

época própria, vez que os seus funcionários não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**.

9.8 - Assumir também a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus funcionários na entrega e retirada dos equipamentos.

9.9 - A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do presente ajuste, não transfere a **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o seu objeto.

9.10 - Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.11 - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

X - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2-Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3 -As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação da forma de execução da fiscalização, na qual serão apresentadas informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

10.6 - A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, no ato da assinatura do contrato, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, vinculado ao período de garantia estipulado neste Termo de Referência.

10.7 - A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

10.8 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

10.9 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.10 - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do mesmo todas as ocorrências relacionadas a sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.11 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.12 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.13 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.14 - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

10.15 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.16 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

10.17 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.18 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.19 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.20 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

10.21 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.22 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.23 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao Setor de Contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

XI- RECEBIMENTO PARA FINS DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

11.1 – O fornecedor deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica após a emissão do “Termo de Aceitação Final” descrito no item 5.4 deste Termo de Referência.

11.2 - Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da Nota Fiscal, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

11.2.1 - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

11.2.2 - O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, vícios, defeitos ou incorreções apuradas, cabendo à fiscalização não atestar o fornecimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.3 - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

11.4 - Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

11.4.1 -Ratificar documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

11.4.2 - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções.

11.4.3 -Quando necessário, comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado após a fiscalização.

11.4.4 - Enviar a documentação pertinente ao Setor de Contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

11.5 - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.6 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

11.7 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

11.8 - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

11.9 - Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.9.1. o prazo de validade;

11.9.2. a data da emissão;

11.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

11.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

11.9.5. o valor a pagar; e

11.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.10 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

11.11 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do

Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12 - Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.13 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.14 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.15 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de Pagamento

11.16 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

11.17 - O pagamento será realizado através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

53

XII – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a CONTRATADA que:

12.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- 12.1.11**- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2** - O descumprimento total ou parcial das obrigações previstas sujeitará o infrator às sanções dos artigos 156 e 162 da Lei Federal 14.133/2021, obedecidos os seguintes critérios:
- 12.2.1** - advertência utilizada como comunicação formal, ao fornecedor, sobre o descumprimento do contrato e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- 12.2.2** - multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado;
- 12.2.3** - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;
- 12.2.4** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração conforme art. 156, §4º da Lei nº 14.133/2021;
- 12.2.5** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
- 12.3** - As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela autoridade expressamente nomeada no contrato, de ofício ou por provocação dos órgãos de controle.
- 12.4** - A sanção de multa prevista nesta cláusula poderá ser aplicada cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à **CONTRATADA**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.
- 12.5** - A **CONTRATANTE**, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela proponente adjudicada, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.
- 12.6** - As penalidades aqui previstas serão aplicadas sem prejuízo das demais cominações estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.7** - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.

XIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

13.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Exigências de habilitação

13.2 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.1- Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.2- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, e, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

2 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

2.1 - Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

2.2 - Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.

2.3 - Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

2.4 - Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

2.5 - Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

2.6 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.1- Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

3.2 - Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

4 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, com apresentação de pelo menos 01 Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa.

5 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

5.1 - Anexo III deste instrumento convocatório, devidamente preenchido, no qual constam:

5.1.1 - Declaração de Pleno Atendimento, na qual o licitante deve declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis, e de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.1.2 - Declaração de Dados Cadastrais, no qual o licitante compromete-se a manter atualizado seus dados, autorizando a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete a intimá-lo através de correspondência eletrônica por meio do endereço de e-mail a ser, obrigatoriamente, informado.

5.1.3 - Declaração de condição de microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP ou microempreendedor individual - MEI, para os licitantes que se enquadrem em tal situação.

5.2 – Certidão Negativa Correccional (ePAD, CGU_PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) obtida através do site <https://certidoes.cgu.gov.br/>, com vistas a demonstrar que a empresa não se encontra suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração.

XIV - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1 - O custo estimado total da contratação é de R\$ 565.367,40 (quinhentos e sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

XIV - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal.

14.2 -A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista e indicada sob as rubricas:

Unidade	01.01	CORPO LEGISLATIVO
Subunidade	01.01.01	GABINETE E SECRETARIA DA CÂMARA
Função	01	LEGISLATIVA
Sub-Função	031	AÇÃO LEGISLATIVA
Classif. Orçamentária	2000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recursos	1.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS

ANEXO III

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A sociedade empresária, inscrita no CNPJ sob o nº _____, localizada no endereço _____, por seu representante legal signatário, declara a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação no **Pregão Eletrônico nº 006/2026**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, **e se compromete a entregar os produtos que lhes forem adjudicados conforme a descrição do Anexo II deste Edital, desconsiderado qualquer erro que porventura houver cometido na elaboração da proposta.**

I – Declaração de Pleno Atendimento

- Declara, para fins do disposto nos artigos 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa da Secretaria de Inspeção do Trabalho (INSIT) nº 146 de 25 de julho de 2018, que **(assinalar uma das opções abaixo)**:

() não está obrigada ao cumprimento de contratar a cota de menor aprendiz), ou
() a exigência de contratação da cota de menor aprendiz é devidamente cumprida.

- Declara, para fins do disposto na Lei nº 14.133/21, que não emprega menor e dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; e ainda, que não possui na sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

- Declara que conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213/91, cumpre as exigências da reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas; e que se aplicada tal disposição ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

- Declara para fins do disposto na Lei nº 14.133/21, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- Declara para os fins requeridos na Lei nº 14.133/21, que não tem em seus quadros de empregados, servidores públicos da **CONTRATANTE**, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau,

subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções, exercendo atribuições de gerência, administração ou tomada de decisões.

- Declara para os devidos fins conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação objeto deste certame licitatório.

II – Declaração de Dados Cadastrais

Sociedade Empresária:
CNPJ:
Responsável Legal / CPF:
E-mail:
Telefone de Contato:
Dados bancários:

58

Os dados cadastrais deverão ser mantidos atualizados junto a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete.

III - Declaração de Condição de ME, EPP ou MEI (APENAS PARA OS ENQUADRADOS NESTA SITUAÇÃO)

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico nº 006/2026, declaramos que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Para os fins do tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, declaramos: (assinalar uma das opções)

- () Que estamos enquadrados, na data designada para o início da Sessão de Pregão, na condição de microempreendedor individual e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- () Que estamos enquadrados, na data designada para o início da Sessão de Pregão, na condição de microempresa e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- () Que estamos enquadrados, na data designada para o início da Sessão de Pregão, na condição de empresa de pequeno porte e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

No que concerne ao conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, declaramos: (assinalar uma das opções)

- () Não haver restrição em nossos documentos de habilitação, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas a teor do art. 90, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- () Para os efeitos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, haver restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal, a cuja regularização procederemos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, cientes de que a não regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

59

_____, _____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dias do mês de do ano de, presente de um lado a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, inscrita no CNPJ/MF sob o número 19.380.914/0001-53, por intermédio de sua Presidente, Vereadora Maria da Conceição Aparecida Toledo Soares de Almeida, CPF nº ***.108.956-**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro a empresa, representada pelo seu representante legal, Senhor (a)....., portador do CPF nº ***.____.____-**, com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o número, simplesmente denominada de FORNECEDOR, firmam a presente ATA DE REGISTROS DE PREÇOS, conforme decisão exarada no Processo Administrativo nº 041/2026 e homologada em, referente ao Pregão Eletrônico nº 006/2026 para Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislação pertinente, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1- OBJETO

1.1 - O objeto desta Ata é o registro dos preços classificados no Pregão Eletrônico nº 006/2026, conforme especificações e condições constantes do Anexo II do mesmo Instrumento, no qual estão contemplados o prazo de execução e a estimativa dos materiais / serviços a serem provavelmente adquiridos ou utilizados pela Administração, na medida das suas necessidades e segundo a conveniência do serviço público, e que a este termo integram, como se transcritas.

1.2 - O prazo de validade do Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura desta Ata, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, durante o qual os licitantes que tenham os seus preços registrados poderão ser convidados a firmar as contratações, observadas as condições fixadas no Edital e nas normas pertinentes.

1.3 - A(s) contratação(ões) derivadas do registro obedecerão às condições da minuta de contrato constante do **Anexo V** do Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2026 e terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão na lei orçamentária, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

1.4 - Salvo autorização expressa da **CONTRATANTE**, é vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, não se responsabilizando a **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

1.5 - Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que efetue as contratações nas oportunidades e quantidades de que necessitar, até o limite estabelecido.

1.6 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

1.7 - O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições constantes nesta Ata de Registro de Preço, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados.

2- PREÇO

2.1 - Os preços a serem praticados encontram-se especificados no **Anexo Único** desta Ata.

2.2 - A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2.3 - Nos preços registrados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA**, como também transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela **CONTRATADA** das obrigações.

2.4 - Em nenhuma hipótese serão registrados preços que se apresentem superiores aos de mercado.

3- ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1 - O órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços é a Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete.

3.2 - Não há órgãos e entidades públicas participantes deste registro de preços.

4 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5 - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão na lei orçamentária, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.1 - O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 - Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 - Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 - O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.5 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

5.8 - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 - Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP e no site da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete.

5.11 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no

item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 - Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1 - Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 - O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 - De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 - De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 - Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 - Por razão de interesse público;

9.4.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 - DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1 - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 - É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 - O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 - CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

12 - FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Conselheiro Lafaiete-MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Conselheiro Lafaiete, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

FORNECEDOR

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Contrato que entre si celebram a **CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**, Estado de Minas Gerais, com endereço na Rua Assis Andrade, nº 540, Centro, Conselheiro Lafaiete - MG - CEP 36.400-067, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.380.914/0001-53, neste ato representada por sua Presidente, Vereadora Maria da Conceição Aparecida Toledo Soares de Almeida, CPF nº ***.108.956-**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ____/____, neste ato representada por _____, portador do CPF nº ***.____-**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do Processo Administrativo de Licitação nº 041/2026, na Modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2026, do Tipo Menor Preço por Item, para registro de preços para contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática (computadores *desktop* e *scanners*) e licenças permanentes Microsoft Office LTSC Standard 2024 para atendimento aos diversos setores da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete., homologada em ____ de ____ de 2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislação pertinente, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PRAZO DE EXECUÇÃO

1.1 - O presente contrato tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática (computadores *desktop* e *scanners*) e licenças permanentes Microsoft Office LTSC Standard 2024 para atendimento aos diversos setores da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, vencedora do certame licitatório relativo ao Processo Administrativo nº 041/2026.

1.2 - O prazo de vigência da contratação terá início na data de sua assinatura do instrumento contratual e término quando da conclusão de seu objeto, produzindo efeitos, inclusive, durante a vigência do prazo de garantia previsto na cláusula 6.1 do Anexo II do instrumento convocatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - Integram este Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta de preços da **CONTRATADA**, Instrumento Convocatório do Processo Administrativo nº 041/2026, e seus anexos, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1 - A execução do objeto da presente contratação deverá ocorrer em conformidade com as especificações constantes do Anexo II do Instrumento Convocatório e demais exigências que o integram.

3.4 - Deverão ser entregues equipamentos de primeira qualidade, podendo a **CONTRATANTE** rejeitá-los se estiverem em desacordo com as especificações técnicas contidas no Anexo II do Instrumento Convocatório ou que seja considerado de má qualidade.

3.5 - Farão parte integrante deste Contrato todos os elementos apresentados pela Licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento, bem como as condições estabelecidas no instrumento licitatório que originou este e seus anexos, independente de transcrição.

3.6 - Havendo conflito entre este contrato e a proposta, prevalecerá o contrato, e, sobre todos, há de se acatar a lei federal que rege a matéria.

3.7 - Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

4.1 - Considerar-se-á recebido o material quando do aceite final na nota fiscal, ao final fornecimento, emitido pelo Gestor do Contrato, nomeado por Ato específico da Administração.

4.2 - Para fins de aceite provisório e definitivo, seguir-se-á as regras estabelecidas no Anexo II do instrumento convocatório relativas aos critérios de recebimento para fins de liquidação e pagamento.

68

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1- Pelos materiais fornecidos, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor mensal estimado de R\$ ____ (_____).

5.2 - Os pagamentos serão realizados até o 10º (décimo) dia útil da finalização da liquidação da despesa após a apresentação de nota fiscal de fornecimento de material, por transferência bancária em favor da **CONTRATADA**.

5.3 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.4 - À **CONTRATANTE** fica reservado o direito de não efetuar o pagamento, se os materiais não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

5.5 - Nos preços contratados estão incluídas todas as incidências fiscais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos, que correrão por sua conta e responsabilidade, conforme descrito no Anexo II do instrumento convocatório.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E DA FONTE DOS RECURSOS

6.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Unidade	01.01	CORPO LEGISLATIVO
---------	-------	-------------------

Subunidade	01.01.01	GABINETE E SECRETARIA DA CÂMARA
Função	01	LEGISLATIVA
Sub-Função	031	AÇÃO LEGISLATIVA
Classif. Orçamentária	2000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recursos	1.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS

6.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, a saber 28/04/2026.

7.2 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela **CONTRATANTE**, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 – Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da publicação deste instrumento;

8.3 – Cumprir o estabelecido no Edital do Pregão do Processo Administrativo nº 041/2026 e seus anexos, ainda que não mencionado neste Contrato, e as demais obrigações estipuladas no mesmo ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

8.4 – Anotar, em registro próprio, e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos materiais, assinando prazo para a sua correção;

8.5 - Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

8.6 -Designar gestor e fiscal do contrato, na forma prevista na Lei nº 14.133/21 para realizar rigorosa conferência dos materiais fornecidos, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a fiel e correta execução dos mesmos;

8.7 – Rejeitar no todo ou em partes os materiais que se encontram em desacordo com as especificações acordadas, ou aqueles que apresentem vícios ou imperfeições, solicitando a substituição dos mesmos nos prazos estipulados neste instrumento.

8.8 - Notificar por escrito à licitante, por meio de canais de comunicação, a ocorrência de eventuais problemas no funcionamento dos equipamentos, solicitando o reparo ou a substituição dos mesmos conforme regras e prazos estipulados no Anexo II do Edital do Pregão do Processo Administrativo nº 041/2026.

8.5 - Permitir o livre acesso dos empregados da licitante nas suas dependências, desde que devidamente identificados, para a execução das solicitações de reparo e substituição.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1 – Zelar pela qualidade e conformidade com a proposta dos equipamentos fornecidos, sob pena de devolução dos mesmos, respeitando as descrições e especificações relacionadas no Termo de Referência (Anexo II) do Edital do Pregão do Processo Administrativo nº 041/2026;

9.2 – Cumprir as condições acordadas, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

9.3 – Cumprir o estabelecido no Edital do Processo Administrativo nº 041/2026, ainda que não mencionado neste Contrato, e as demais obrigações estipuladas no mesmo ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

9.4– Indicar, no ato da assinatura do contrato, preposto para comunicação direta com a Contratante, informando contatos imediatos com o mesmo, tais como telefone, e-mail, dentre outros possíveis;

9.5 – Entregar os equipamentos solicitados no prazo estipulado no Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico do Processo Administrativo nº 041/2026.

9.6 – Oferecer garantia, suporte técnico e reparos nos equipamentos fornecidos, conforme regras estipuladas no Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico do Processo Administrativo nº 041/2026.

9.7 - Durante o período de garantia dos equipamentos, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar, sem ônus adicionais para a Câmara Municipal, meios para esclarecimento de dúvidas relativas ao uso, instalação ou configuração dos equipamentos, assim como orientação e acompanhamento da solução de problemas.

9.8 – A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, também, suporte técnico não assistido, o qual compreenderá o *download* de informações técnicas e de *drivers*, e de

aplicativos/utilitários relacionados com os equipamentos fornecidos. Esse serviço deverá ser prestado pela Internet, *e-mail*, e/ou outro meio hábil de comunicação.

9.9 - Transportar, por sua conta e risco, os equipamentos objeto deste contrato, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte.

9.10 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**.

9.11 – Assumir também a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus funcionários na entrega e retirada dos equipamentos.

9.12 – A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do presente ajuste, não transfere a **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o seu objeto.

9.13 – Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.14 – A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 -Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedores da Câmara Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato, nesta ata e das demais cominações legais.

10.2 - Os ilícitos administrativos sujeitam os infratores às cominações legais, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

10.3 - O descumprimento total ou parcial das obrigações previstas sujeitará o infrator às sanções dos artigos 156 e 162 da Lei Federal 14.133/2021, obedecidos os seguintes critérios:

10.3.1 - advertência utilizada como comunicação formal, ao fornecedor, sobre o descumprimento do contrato e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

10.3.2 - multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado;

10.3.3 - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

10.3.4 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração conforme art. 156, §4º da Lei nº 14.133/2021;

10.3.5 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

10.4 - As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela autoridade expressamente nomeada no contrato, de ofício ou por provocação dos órgãos de controle.

10.5 - A sanção de multa prevista nesta cláusula poderá ser aplicada cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à **CONTRATADA**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

10.6 - A **CONTRATANTE**, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela proponente adjudicada, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

10.7 - As penalidades aqui previstas serão aplicadas sem prejuízo das demais cominações estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

10.8 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.

72

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, judicialmente, nos termos da legislação, ou por determinação por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, devidamente fundamentado.

11.2 - Constituem motivos para a rescisão do contrato:

11.2.1 - a inexecução total ou parcial do objeto do contrato;

11.2.2 - o não cumprimento das cláusulas contratuais, ou prazo;

11.2.3 - o cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

11.2.4 - razões de interesse do serviço público.

11.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes condições:

11.3.1 - a **CONTRATADA** não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a **CONTRATANTE** aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

11.3.2 - a **CONTRATADA** terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados e materiais já fornecidos, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a **CONTRATANTE**;

11.3.3 - caso a **CONTRATANTE** não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a **CONTRATADA** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.4 – No caso de rescisão judicial, a **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** os materiais já fornecidos e serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.5 – Tanto a **CONTRATANTE** como a **CONTRATADA** poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção dos serviços contratados em virtude de caso fortuito ou de força maior, desde que regularmente comprovado o fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar ou impedir.

11.5.1 – Neste caso, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o fornecimento de materiais que a mesma tenha realizado, bem como os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.5.2 – Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior ou de caso fortuito, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo até 05 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA NOVAÇÃO

12.1 – A não utilização por parte da **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

12.2 – Todos os recursos postos à disposição da **CONTRATANTE**, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

73

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO:

13.1 - O presente termo contratual está plenamente vinculado às disposições do Processo Administrativo nº 041/2026 e a Proposta da **CONTRATADA**, a Empresa _____, conforme documento constante dos autos do Processo Administrativo nº 041/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS:

14.1 - O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores. Caso haja dúvidas decorrentes de fatos não contemplados no presente contrato, estas serão dirimidas segundo os princípios jurídicos, aplicáveis a situação fática existente, preservando-se o direito da **CONTRATADA**, sem prejuízo da prevalência do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Conselheiro Lafaiete/MG, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2 – Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para seu fiel cumprimento, todas de igual teor e forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 –Fica designada a servidora Daniella Inácio de Barros como Gestora para este contrato, e os servidores Flávio Jose de Souza Bruno e Marisa Gonçalves Nascimento Moreira como Fiscal Titular e Fiscal Substituto, respectivamente, para fins de acompanhamento da execução do mesmo.

16.1.2 – Quando da fiscalização contratual houver necessidade de envio de notificações à **CONTRATADA**, tais notificações serão feitas por meio de envio de correspondências do tipo Sedex, com aviso de recebimento, e realização de telefonema. Caso tais notificações não sejam recebidas e/ou atendidas, serão publicadas no site e jornal oficiais do Legislativo e a **CONTRATADA** será considerada como notificada.

16.2 - Todos os impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais devidos em decorrência direta ou indireta da execução deste Contrato serão de única e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, que os recolherá sem direito a reembolso.

Conselheiro Lafaiete, ___ de ____ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA